

CLÁUSULAS GERAIS.....	3
CLÁUSULA 1ª OBJETO DO CONTRATO	3
CLÁUSULA 2ª PRAZO DO CONTRATO	3
CLÁUSULA 3ª OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO COCONTRATANTE.....	3
CLÁUSULA 4ª DESEMPENHO AMBIENTAL	5
CLÁUSULA 5ª POLÍTICA ANTIFRAUDE	6
CLÁUSULA 6ª TRABALHADORES AFETOS À EXECUÇÃO DO CONTRATO	6
CLÁUSULA 7ª LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	6
CLÁUSULA 8ª PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	7
CLÁUSULA 9ª OBJETO DO DEVER DE SIGILO	7
CLÁUSULA 10ª PREÇO CONTRATUAL.....	7
CLÁUSULA 11ª REVISÃO/ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS	8
CLÁUSULA 12ª CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	8
CLÁUSULA 13ª RESPONSABILIDADES	9
CLÁUSULA 14ª FORÇA MAIOR	9
CLÁUSULA 15ª PENALIDADES CONTRATUAIS	10
CLÁUSULA 16ª RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO	11
CLÁUSULA 17ª RESOLUÇÃO POR PARTE DO COCONTRATANTE	11
CLÁUSULA 18ª SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL	11
CLÁUSULA 19ª COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES	11
CLÁUSULA 20ª FORO COMPETENTE.....	11
CLÁUSULA 21ª DESIGNAÇÃO DO GESTOR DO CONTRATO E ACOMPANHAMENTO	11
CLÁUSULA 22ª LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	12
CLÁUSULAS TÉCNICAS.....	12
CLÁUSULA 23ª ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS - CONDIÇÕES GERAIS	12
CLÁUSULA 24ª EXIGÊNCIAS LEGAIS	12

CADERNO DE ENCARGOS

CONSULTA PRÉVIA Nº SCGC_REIT_CPR_00006_2025 - MANUTENÇÃO ANUAL PREVENTIVA DE
EXTINTORES E REDE DE INCÊNDIO ARMADA DOS EDIFÍCIOS DA REITORIA DA U.PORTO
SPUP – SERVIÇOS PARTILHADOS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
SCGC – SERVIÇO DE COMPRAS E GESTÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA 25.ª MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE EXTINTORES	13
CLÁUSULA 26.ª EXTINTOR FORA DE SERVIÇO	13
CLÁUSULA 27.ª MANUTENÇÃO PREVENTIVA DA REDE DE INCÊNDIO ARMADA	13
CLÁUSULA 28.ª MANUTENÇÃO PREVENTIVA DO GRUPO DE BOMBAGEM DO SERVIÇO DE INCÊNDIO.....	15
CLÁUSULA 29.ª RELATÓRIOS TÉCNICOS	17
CLÁUSULA 30.ª COMPETÊNCIA TÉCNICA.....	18
CLÁUSULA 31.ª HORÁRIO DE CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	18
CLÁUSULA 32.ª GARANTIA DA QUALIDADE DO SERVIÇO.....	18
CLÁUSULA 33.ª SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO	18
ANEXO I – MAPA DE QUANTIDADES	19
ANEXO A – (MODELO DE) DECLARAÇÃO	25

CADERNO DE ENCARGOS

CONSULTA PRÉVIA Nº SCGC_REIT_CPR_00006_2025 - MANUTENÇÃO ANUAL PREVENTIVA DE
EXTINTORES E REDE DE INCÊNDIO ARMADA DOS EDIFÍCIOS DA REITORIA DA U.PORTO
SPUP – SERVIÇOS PARTILHADOS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
SCGC – SERVIÇO DE COMPRAS E GESTÃO CONTRATUAL

PARTE I

CLÁUSULAS GERAIS

CLÁUSULA 1ª OBJETO DO CONTRATO

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas jurídicas e técnicas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto a aquisição de serviços de prestação de serviços de manutenção anual preventiva de extintores e rede de incêndio armada dos edifícios da Reitoria da U. Porto, que se encontram sob a gestão do Serviço de Instalações e Infraestrutura.

CLÁUSULA 2ª PRAZO DO CONTRATO

1. O contrato deverá ter início na data de envio da Nota de Encomenda e terminará a 31 de dezembro de 2025, com possibilidade de renovação por um período de 12 meses, se nenhuma das partes o denunciar, mediante notificação à outra parte por carta registada com aviso de receção, com a antecedência mínima de 60 dias em relação ao termo da vigência inicial, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. O contrato cessa a sua vigência, independentemente do prazo estabelecido nos números anteriores, caso seja atingido o preço contratual.
3. Caso seja atingido o termo e não seja atingido o preço contratual, o prazo de execução pode ser prorrogado por iniciativa do contraente publico, procedendo-se à respetiva modificação objetiva.
4. A prorrogação prevista no número anterior não pode determinar que o contrato tenha um prazo de execução superior a 3 anos.
5. O prazo previsto no n.º 1 pode ser prorrogado por um período de 1 (um) mês, caso venham a ser requisitados serviços ainda na vigência do contrato mas cuja execução, atendendo aos prazos definidos no contrato, se verifique que ultrapassará o prazo de vigência inicialmente definido, sem que daqui possa decorrer aumento do preço contratual máximo, em cumprimento do disposto no capítulo V do Título I da Parte III do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 3ª OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO COCONTRATANTE

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o cocontratante as seguintes obrigações principais:
 - a. Obrigação de prestar os serviços em conformidade com as especificações técnicas identificadas no presente caderno de encargos e, que dele faz parte integrante e demais documentos contratuais, cumprindo integralmente o objeto do contrato;

- b. Disponibilizar os recursos de acordo com o perfil, requisitos mínimos obrigatórios e adicionais exigidos;
- c. Dar cumprimento, a todo o momento, às obrigações legais relativas aos serviços prestados, assegurando a execução dos mesmos de acordo com as melhores regras técnicas e de arte conhecidas e praticadas;
- d. Analisar e levar em consideração todas as situações e circunstâncias relevantes para a execução dos contratos, incluindo, entre outras e a título meramente exemplificativo, a informação prévia necessária, as circunstâncias de modo, tempo e lugar e os meios de modo a salvaguardar que os serviços serão prestados nos termos contratados, sem hiatos, falhas ou interrupções que pudessem ter sido previstas;
- e. Assumir todos os riscos inerentes à prestação dos serviços, bem como aqueles que, em concreto, apenas sejam ou possam ser do conhecimento do cocontratante ou por este gerido em primeira linha;
- f. Cumprir as políticas, práticas e procedimentos de segurança de informação do contraente público;
- g. Garantir, a todo o momento, a correta, completa e adequada articulação e compatibilização entre os serviços prestados e a finalidade a que os mesmos se dirigem com outros serviços ou outras finalidades que com eles estejam ou possam estar em relação, de modo a não afetar negativamente quaisquer outros serviços, produtos ou soluções do contraente público, assumindo, em cada momento, o respetivo risco de interface;
- h. Proceder à entrega do programa de trabalhos a realizar em função das diretrizes definidas pelo contraente público;
- i. Após conclusão da execução do contrato, a proceder às correções necessárias, mediante notificação do contraente público;
- j. Disponibilização de todos elementos técnicos necessários à implementação e execução do contraente público;
- k. Garantir a proteção e segurança da informação sobre as pessoas singulares, em concreto que o tratamento no âmbito da prestação dos serviços, objeto do contrato, ocorrerá em estrita observância de todas as disposições pertinentes de direito nacional e europeu que protegem os direitos e liberdades fundamentais das pessoas singulares, em particular o seu direito à proteção da vida privada no que diz respeito ao tratamento dos seus dados pessoais;
- l. Garantir a implementação de medidas técnicas de segurança adequadas à confidencialidade e à integridade da informação tratada;
- m. Cumprir o disposto no Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio e Discriminação no Trabalho da Universidade do Porto, cumprindo os princípios e o compromisso de não tolerância ao assédio assumido pela U. Porto, disponível no link:

https://sigarra.up.pt/spup/pt/conteudos_geral.ver?pct_pag_id=1015464&pct_parametros=pv_unidade=764&pct_grupo=35873#35873

- n. Assegurar o cumprimento das especificações técnicas gerais quanto à emissão da fatura eletrónica, conforme disposto na clausula referente às condições de pagamento, cumprindo a obrigação de identificar o n.º da nota de encomenda e o n.º de compromisso;
2. Constituem, ainda, obrigações do Cocontratante:
- a. Recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do contrato;
 - b. Comunicar antecipadamente ao contraente publico, logo que tenha conhecimento, de qualquer facto que torne total ou parcialmente impossível a entrega dos bens objeto do contrato, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com o Contraente Público;
 - c. Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização do contraente público;
 - d. Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
 - e. Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;
 - f. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.
3. A título acessório, o cocontratante fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
4. Todos os relatórios, comunicações, atas, e demais documentos elaborados pelo cocontratante, devem ser integralmente redigidos em português, entregues em suporte de papel e digital, neste último caso em formato editável, incluindo a relativas aos produtos intermédios, respeitando as especificações técnicas do presente caderno de encargos.

CLÁUSULA 4.ª DESEMPENHO AMBIENTAL

1. O cocontratante deve garantir as melhores práticas ambientais por forma a incluir as medidas necessárias a fim de assegurar a proteção do ar, da água, do solo, e de prevenir ou reduzir a poluição sonora, a produção de resíduos e o consumo energético, com o objetivo de alcançar um nível elevado de proteção do ambiente e minimizar os impactes ambientais.
2. O cocontratante deve igualmente garantir o correto encaminhamento dos eventuais resíduos produzidos no decorrer da execução do contrato, respeitando as boas práticas ambientais previstas na legislação em vigor.

CLÁUSULA 5ª POLÍTICA ANTIFRAUDE

Nos termos exarados na Política Antifraude, o contraente público exige que os intervenientes internos, bem como o cocontratante e os seus colaboradores, atuem com honestidade e integridade, garantindo que as suas atividades, interesses e comportamentos não conflituam com essas obrigações e, independentemente da sua posição, reportem todas as suspeitas de fraude.

CLÁUSULA 6ª TRABALHADORES AFETOS À EXECUÇÃO DO CONTRATO

1. Os trabalhadores afetos ao contrato podem prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho a termo, desde que por período de tempo não inferior ao prazo de execução do contrato de aquisição de serviços.
2. O cocontratante deve entregar ao gestor de contrato, no prazo máximo de 5 dias, após o início da vigência do contrato, um documento com a identificação dos trabalhadores que afetará à execução do contrato e respetivo vínculo contratual conforme Anexo **A** ao presente caderno de encargos.
3. No caso de ocorrer, durante a execução do contrato, alteração dos trabalhadores identificados no documento referido no número anterior, o cocontratante deve, no prazo máximo de 5 dias a contar da data da sua ocorrência, apresentar novo documento com a identificação dos trabalhadores que afetará à execução do contrato e respetivo vínculo contratual.
4. O disposto nos números anteriores não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução do contrato.

CLÁUSULA 7ª LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços, objeto do presente procedimento deverão ser executados nos edifícios e nos espaços pertencentes aos edifícios da Reitoria da UP, nomeadamente:

- i. Edifício Histórico, Praça Gomes Teixeira, 4099-002 Porto
- ii. Edifício Parcauto (inclui ICETA e TUP), Praça Coronel Pacheco, 4050- 453 Porto
- iii. Casa Andresen, Rua do Campo Alegre, 1191 4150-181 Porto
- iv. Edifício Planetário e Centro de Astrofísica da UP, Rua das Estrelas, 4150-762 Porto
- v. Edifício Ceuta e salas do Instituto Confúcio, Rua de Ceuta, 118 5º e 6º pisos, 4050-159 Porto

CLÁUSULA 8ª PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

O cocontratante obriga-se a dar cumprimento à legislação sobre Proteção de Dados, designadamente ao estabelecido no Regulamento Geral de Proteção de Dados e Lei de Execução do Regulamento Geral de Proteção de Dados, aprovada pela Lei nº 58/2019, de 08 de agosto, aceitando regular esta questão em acordo de tratamento de dados, caso seja considerado necessário, acordo esse que ficará a constar em anexo ao contrato e que dele fará parte integrante.

CLÁUSULA 9.ª OBJETO DO DEVER DE SIGILO

1. O cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao contraente público de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo cocontratante de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O cocontratante deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

CLÁUSULA 10ª PREÇO CONTRATUAL

1. Pela prestação dos serviços, objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o contraente público obriga-se a pagar ao cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior não pode, em qualquer caso, ser superior a 9.041,63 € (nove mil e quarenta e um euros e sessenta e três cêntimos), no prazo máximo de vigência admitido (valores sem revisão de preços e sem IVA).

O preço base da aquisição corresponde a:

- 7.233,30 € (sete mil, duzentos e trinta e três euros e trinta cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, pelo serviço de manutenção preventiva, que corresponde ao valor máximo estimado que o Contraente Público está disposta a pagar pela contratação dos serviços, no período de vigência máximo.

- 1.808,33 € (mil e oitocentos e oito euros e trinta e três cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, que corresponde ao valor máximo estimado que o Contraente Público está disposta a pagar pela aquisição de Peças / consumíveis., no período de vigência máximo.
3. Os preços referidos nos números anteriores incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.

CLÁUSULA 11ª REVISÃO/ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS

Os preços constantes da proposta adjudicada não são revistos durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA 12ª CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. As quantias devidas pelo contraente público, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção pelo mesmo das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. A obrigação respetiva é exigível:
 - a) Após a prestação dos serviços de manutenção preventiva;
 - b) Após a prestação pontual de serviços de manutenção corretiva.
3. As faturas deverão ser emitidas em nome da Universidade do Porto – Reitoria, com referência aos documentos que lhe deram origem, devendo fazer menção aos seguintes dados, consoante o caso e sem prejuízo daqueles que forem legalmente exigidos:
 - a. N.º da encomenda e N.º Compromisso ou contrato;
 - b. A descrição dos serviços fornecidos e total de horas mensal;
 - c. Unidade orgânica requisitante: Universidade do Porto – Reitoria;
 - d. Endereço da unidade orgânica: Praça Gomes Teixeira s/n, 4099-002 Porto.
4. Em caso de discordância por parte do contraente público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários e/ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, as faturas são pagas através de transferência bancária.
6. A emissão de faturas eletrónicas por parte do Cocontratante deve cumprir os requisitos legais inerentes à emissão das mesmas, constantes do manual disponível para consulta no link:

https://sigarra.up.pt/spup/pt/conteudos_geral.ver?pct_pag_id=1015464&pct_parametros=pv_unidade=786&pct_grupo=35870#35870

7. O contraente público não se responsabiliza pelo não cumprimento ou incumprimento defeituoso das especificações técnicas referentes ao sistema de faturação eletrónica.

CLÁUSULA 13ª RESPONSABILIDADES

1. O cocontratante responde perante o contraente público por todos os prejuízos, direta ou indiretamente emergentes dos trabalhos objeto do contrato, bem como daqueles que resultem do incumprimento ou do deficiente cumprimento das suas obrigações contratuais, até à conclusão da execução do contrato.
2. Do mesmo modo, o cocontratante responde por todos os prejuízos causados por quaisquer atos ou omissões de quaisquer pessoas que, no âmbito da sua intervenção, para ele exerçam funções, independentemente do regime jurídico.
3. Se o contraente público vier a ser demandado por terceiros por prejuízos causados pelo cocontratante, no âmbito da execução do contrato, este último indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, haja de realizar e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.
4. Correm inteiramente por conta do cocontratante a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por terceiros até à conclusão da execução do contrato, em consequência do modo de execução dos trabalhos, da atuação do seu pessoal ou dos seus fornecedores.

CLÁUSULA 14ª FORÇA MAIOR

1. Não podem ser impostas penalidades ao cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do cocontratante, na parte em que intervenham.

- b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados.
 - c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam.
 - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo cocontratante de normas legais.
 - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança.
 - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do cocontratante não devidas a sabotagem.
 - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CLÁUSULA 15ª PENALIDADES CONTRATUAIS

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Contraente Público pode exigir do Cocontratante o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento e até ao limite de 10% do preço contratual.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, o contraente público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do cocontratante e as consequências do incumprimento.
3. O contraente público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
4. O valor acumulado das penas pecuniárias não pode exceder 10% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.
5. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e o contraente público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 20%.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

CLÁUSULA 16ª RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório nos seguintes casos:

- a) Violação grave ou reiterada de qualquer das obrigações que incumbem ao cocontratante;
- b) Violação dos princípios e compromissos de não tolerância ao assédio assumidos pela U.Porto;

CLÁUSULA 17ª RESOLUÇÃO POR PARTE DO COCONTRATANTE

O cocontratante pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

CLÁUSULA 18ª SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

A subcontratação pelo cocontratante e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 19ª COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

- 1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, nos termos do Código dos Contratos Públicos, estas devem ser dirigidas para o domicílio ou sede contratual do contraente público ou do cocontratante, identificado no contrato.
- 2. Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

CLÁUSULA 20ª FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes quer da interpretação, quer da execução do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

CLÁUSULA 21ª DESIGNAÇÃO DO GESTOR DO CONTRATO E ACOMPANHAMENTO

- 1. Nos termos do Código do Procedimento Administrativo é necessária a designação de um (a) gestor (a) do processo, de forma a conduzir os trâmites processuais que não estejam acometidos ao júri do procedimento que deverá ser o (a) signatário (a).
- 2. É ainda necessário, nos termos do artigo 290.º-A, do CCP a designação de um gestor do contrato, com a função de acompanhar a sua execução:

CADERNO DE ENCARGOS

CONSULTA PRÉVIA Nº SCGC_REIT_CPR_00006_2025 - MANUTENÇÃO ANUAL PREVENTIVA DE
EXTINTORES E REDE DE INCÊNDIO ARMADA DOS EDIFÍCIOS DA REITORIA DA U.PORTO
SPUP – SERVIÇOS PARTILHADOS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
SCGC – SERVIÇO DE COMPRAS E GESTÃO CONTRATUAL

Gestor do Contrato: Andreia Nascimento | Unidade de Gestão Energética, Ambiental e HST | email:
anascimento@reit.up.pt

3. A qualquer momento e sem necessidade de aviso prévio, o gestor do contrato pode solicitar informação ou realizar auditorias com vista à monitorização da qualidade e nível de desempenho da prestação de serviços e cumprimento das obrigações contratuais ou legais por parte do cocontratante e, quando justificado, propor a aplicação de sanções em caso de incumprimento.
4. O cocontratante obriga-se a colaborar com o gestor do contrato na prestação de informações solicitadas por este ou na realização de auditorias, disponibilizando os meios que sejam necessários para o efeito.

CLÁUSULA 22ª LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O contrato é regulado pelo disposto no Código dos Contratos Públicos e restante legislação aplicável.

PARTE II

CLÁUSULAS TÉCNICAS

CLÁUSULA 23.ª ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS - CONDIÇÕES GERAIS

1. A presente prestação de serviços deve obedecer aos requisitos técnicos estabelecidos nestas especificações técnicas relativas à prestação de serviços de manutenção anual preventiva de extintores e rede de incêndio armada dos edifícios da Reitoria da U. Porto.
2. Entende-se por manutenção o conjunto das ações de carácter técnico e administrativo, destinadas a conservar o equipamento ou a repô-lo no estado correto de operacionalidade.

CLÁUSULA 24.ª EXIGÊNCIAS LEGAIS

1. Os trabalhos de manutenção dos extintores e da rede de incêndio armada devem respeitar as referências regulamentares, designadamente a norma NP 4413:2019.
2. Os trabalhos de manutenção da Central de Bombagem para o Serviço de Incêndio devem respeitar nacional: o despacho n.º 8905/2020 que aprova a Nota Técnica n.º 15 — Centrais de bombagem para o serviço de incêndio.

CLÁUSULA 25.ª MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE EXTINTORES

1. Deve ser respeitada a numeração já existente dos extintores. A referida numeração deve constar nos relatórios técnicos que resultam dos trabalhos de manutenção.
2. O Cocontratante pela manutenção dos meios de extinção deve tomar as ações necessárias, com vista a corrigir de imediato todas as não conformidades encontradas durante a ação de manutenção.
3. A manutenção dos meios de extinção deverá ser feita, preferencialmente, nas instalações do edifício, dispondo o Cocontratante de todos os meios necessários, nomeadamente fazendo-se deslocar em viatura com equipamento adequado, de modo a minimizar o tempo de indisponibilidade dos extintores.
4. A fim de garantir que o extintor mantém as especificações de operacionalidade similares às de fabrico, só podem ser utilizados componentes originais, ou seja os mesmos que constam da documentação apresentada pelo fabricante aquando da certificação do extintor.
5. Durante o período de manutenção todas as áreas do edifício deverão conservar um determinado número de extintores que dependerá do risco de incêndio.

CLÁUSULA 26.ª EXTINTOR FORA DE SERVIÇO

1. É obrigação do Cocontratante de manutenção informar o Contraente Público através de um relatório técnico quando, por decisão do Cocontratante, um extintor for retirado de serviço por não estar em especificações de cumprir a sua função com eficácia e em segurança.
2. Os extintores retirados de serviço são propriedade do Contraente Público que os encaminhará posteriormente para circuitos adequados de eliminação/destruição.

CLÁUSULA 27.ª MANUTENÇÃO PREVENTIVA DA REDE DE INCÊNDIO ARMADA

Para efeito de manutenção do sistema da rede de incêndio armada, o Cocontratante deverá cumprir rigorosamente as ações de manutenção que constam no Despacho n.º 8904/2020, conforme listadas abaixo:

Componente	Ações de manutenção	Periodicidade	
		Anual	5 anos
Mangueira	Desenrolar completamente a mangueira e garantir a sua colocação sob pressão	x	
	Inspecionar a totalidade da mangueira e verificar se existem sinais de rutura, deformação, deterioração ou danos. Se esta	x	

CADERNO DE ENCARGOS

CONSULTA PRÉVIA Nº SCGC_REIT_CPR_00006_2025 - MANUTENÇÃO ANUAL PREVENTIVA DE
EXTINTORES E REDE DE INCÊNDIO ARMADA DOS EDIFÍCIOS DA REITORIA DA U.PORTO
SPUP – SERVIÇOS PARTILHADOS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
SCGC – SERVIÇO DE COMPRAS E GESTÃO CONTRATUAL

	apresentar quaisquer sinais de deficiência deverá ser substituída ou submetida a ensaios hidráulicos de prova à pressão máxima de serviço permitida.		
	Verificar o correto funcionamento de qualquer orientador espacial de desenrolamento da mangueira e assegurar que este último está firme e corretamente fixado.	x	
	Submeter todas as mangueiras à pressão máxima de serviço de acordo com as normas EN 671-1 e/ou EN 671-2.		x
	Escoar a mangueira e recolocá-la em condição de prontidão para operação.	x	
Boca-de-incêndio	Verificar se o equipamento se encontra desobstruído, não se encontra danificado e os seus componentes não estão corroídos ou com fugas.	x	
	Verificar se as tampas estão colocadas nas bocas.	x	
	Verificar se as válvulas das bocas estão fechadas.	x	
	Verificar se as chaves e as fechaduras funcionam corretamente.	x	
Ensaio	Verificar o caudal e pressão exigidos, utilizando para tal equipamento adequado.	x	
Manómetro	Verificar se os manómetros estão a funcionar adequadamente e dentro da gama de operação.	x	
Braçadeiras/Uniões	Verificar se as braçadeiras ou uniões das mangueiras são adequadas e se encontram firmemente apertadas.	x	
Tambores	Verificar se os tambores da mangueira rodam livremente em ambas as direções.	x	
	Verificar se o eixo dos tambores móveis dos carretéis de incêndio roda e funciona facilmente e se o tambor efetua no mínimo uma rotação de 170º, quando exigível.	x	
Carretéis de incêndio automáticos com válvula automática	Verificar se a válvula de corte dos carretéis de incêndio automáticos é adequada e se funciona facilmente e de modo correto.	x	
	Verificar se a válvula automática e a válvula de operação manual para isolamento dos carretéis de incêndio automáticos funcionam corretamente.	x	
Tubagens de Abastecimento de Água	Monitorizar o estado de conservação das tubagens de abastecimento de água, prestado especial atenção a sinais de danos ou deterioração em todas as tubagens.	x	
	Verificar pintura e identificação.	x	
Armários	Verificar se existem sinais de danos nos armários (quando existentes) e se as portas dos armários abrem e fecham facilmente.	x	
Agulheta	Testar a agulheta de acordo com as indicações do fornecedor, instalador ou fabricante e verificar se se encontra em condição de prontidão para o uso.	x	

CADERNO DE ENCARGOS

CONSULTA PRÉVIA Nº SCGC_REIT_CPR_00006_2025 - MANUTENÇÃO ANUAL PREVENTIVA DE
EXTINTORES E REDE DE INCÊNDIO ARMADA DOS EDIFÍCIOS DA REITORIA DA U.PORTO
SPUP – SERVIÇOS PARTILHADOS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
SCGC – SERVIÇO DE COMPRAS E GESTÃO CONTRATUAL

Etiqueta	Depois de efetuada a manutenção e terem sido tomadas as medidas corretivas necessárias, marcar os equipamentos com a etiqueta de manutenção, com as respetivas datas (manutenção efetuada e da próxima manutenção).	x	
Suportes	Verificar se os suportes/fixações são apropriados para a função, se estão fixas e firmes.	x	
Sinalização	Verificar se a localização de todos os equipamentos está claramente sinalizada.	x	
Instruções de Funcionamento	Verificar se as instruções de funcionamento de todos os equipamentos estão nítidas e legíveis.	x	

CLÁUSULA 28.ª MANUTENÇÃO PREVENTIVA DO GRUPO DE BOMBAGEM DO SERVIÇO DE INCÊNDIO

Para efeito de manutenção do grupo de bombagem do serviço de incêndio, o Cocontratante deverá cumprir rigorosamente as ações de manutenção que constam no Despacho n.º 8905/2020, conforme listadas abaixo:

Procedimento	Periodicidade	Componente		Descrição	
Inspeção (por pessoa competente)	Semanal	Arranque automático das Bombas	Arranque	Reduzir a pressão da água na descarga das bombas de forma a simular o arranque automático das mesmas	x
			Indicadores de Pressão	Verificar se os indicadores de pressão estão a funcionar corretamente e registar os valores medidos	x
			Indicadores dos Níveis de Fornecimento de Água	Verificar se os indicadores dos níveis de fornecimento de água estão a funcionar corretamente	x
			Válvulas de Seccionamento	Verificar se as válvulas de seccionamento estão na posição correta	x
			Válvulas de Alívio	Verificar se as válvulas de alívio estão a funcionar corretamente (bomba a funcionar contra válvula fechada)	x
			Combustível e Nível de Óleo	Verificar o nível de combustível e de óleo de lubrificação dos motores diesel e repor se necessário	x
			Pressão de Arranque	Verificar e registar a pressão de arranque das bombas	x
			Óleo das Motobombas	Verificar a pressão do óleo das motobombas e visualizar o fluxo de água de arrefecimento do circuito aberto de refrigeração	x
		Motores Elétricos	Colocar os motores elétricos em funcionamento durante o tempo recomendado pelo fabricante	x	

CADERNO DE ENCARGOS

CONSULTA PRÉVIA Nº SCGC_REIT_CPR_00006_2025 - MANUTENÇÃO ANUAL PREVENTIVA DE
EXTINTORES E REDE DE INCÊNDIO ARMADA DOS EDIFÍCIOS DA REITORIA DA U.PORTO
SPUP – SERVIÇOS PARTILHADOS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
SCGC – SERVIÇO DE COMPRAS E GESTÃO CONTRATUAL

		Motores Diesel	Registrar o número de arranques da bomba jockey, se existir o contador de arranques	x
			Colocar os motores diesel em funcionamento durante 20 minutos ou durante o tempo recomendado pelo fabricante. Parar o motor e ligá-lo novamente acionando o botão de arranque manual	x
			Verificar o nível de água do circuito primário do circuito fechado de refrigeração	X
			Verificar os valores da pressão do óleo, da temperatura do motor e do caudal de fluido refrigerante	x
			Verificar se não existem fugas de óleo, combustível, fluido refrigerante e gases de escape	x
			Registrar o valor do conta-horas de funcionamento da bomba	x

Procedimento	Periodicidade	Componente	Descrição	
		Baterias	Verificar o nível e a densidade do eletrólito das baterias. Se necessário substituir as baterias	x
Inspeção (por pessoa competente)	Anual	Bomba	Inspecionar visualmente a bomba de um modo geral	x
			Verificar os manómetros de pressão e se estão a funcionar corretamente	x
			Verificar os rolamentos e respetivas temperaturas de funcionamento	x
			Verificar a estanqueidade das juntas de vedação do bucim de empanque e respetivo arrefecimento	x
			Verificar a massa ou óleo lubrificante dos rolamentos	x
		Caixa de Transmissão	Verificar a temperatura dos rolamentos	x
			Verificar o alinhamento lateral com o rotor da bomba	x
			Substituir o óleo da caixa de transmissão	x
		Acoplamento	Verificar o alinhamento e tolerâncias	x
			Verificar a massa lubrificante	x
		Motor Diesel	Verificar se a velocidade nominal é a correta	x
			Verificar consolas e tubos	x
			Limpar os filtros de ar e substituir se necessário	x
			Verificar os elementos de ligação, nomeadamente parafusos, porcas e outras conexões	x
			Verificar se a turbina está a funcionar corretamente e	x

CADERNO DE ENCARGOS

CONSULTA PRÉVIA Nº SCGC_REIT_CPR_00006_2025 - MANUTENÇÃO ANUAL PREVENTIVA DE
EXTINTORES E REDE DE INCÊNDIO ARMADA DOS EDIFÍCIOS DA REITORIA DA U.PORTO
SPUP – SERVIÇOS PARTILHADOS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
SCGC – SERVIÇO DE COMPRAS E GESTÃO CONTRATUAL

			substituir se necessário (quando aplicável)	
			Verificar o isolamento do sistema de escape	x
			Verificar o sistema de ventilação (quando aplicável)	x
Manutenção	Anual	Sistema de Arrefecimento	Verificar o filtro da água de arrefecimento do permutador (quando aplicável)	x
			Verificar o nível do líquido refrigerante	x
			Verificar o circuito de arrefecimento do permutador (quando aplicável)	x
			Verificar tubos, juntas de vedação e grampos	x
			Verificar o estado das correias trapezoidais (quando aplicável)	x
			Ajustar o termostato pré-aquecedor da água de arrefecimento (quando aplicável)	x
	3 anos	Válvulas de Retenção	Verificar se as válvulas de retenção funcionam corretamente e substituir, se necessário	x

CLÁUSULA 29.ª RELATÓRIOS TÉCNICOS

- Os relatórios de intervenção deverão ser efetuados por edifício devendo conter no mínimo a seguinte informação:
 - a identificação do cliente;
 - o local onde o serviço foi efetuado;
 - a data (ano e mês) da inspeção e da realização dos ensaios;
 - dados da boca de incêndio armada que teve a Intervenção:
 - identificação de cada boca de incêndio/ sistema armado;
 - anotações dos resultados dos ensaios;
 - identificação das peças substituídas e data da sua instalação;
 - data (ano e mês) da próxima inspeção e ensaio.
- O Cocontratante deve enviar o relatório por e-mail, no prazo de 15 dias, após a conclusão dos trabalhos.

CLÁUSULA 30.ª COMPETÊNCIA TÉCNICA

1. Os técnicos responsáveis do Cocontratante devem ser adequadamente competentes, experientes e estarem registados na Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), conforme a NP 4413:2019.
2. No final dos trabalhos deve ser emitido o Termo de Responsabilidade do técnico responsável, do Cocontratante, de manutenção dos equipamentos de SCI, conforme previsto na Nota Técnica n.º 02, da ANEPC.

CLÁUSULA 31.ª HORÁRIO DE CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

1. A manutenção preventiva deve decorrer entre os dias úteis e no período normal de trabalho, das 08h30 às 17h30, em articulação com o Contraente Público.
2. O Cocontratante deverá informar antecipadamente da(s) data(s) e hora(s) em que pretende efetuar a manutenção.
3. Em cada ação de manutenção preventiva, o Cocontratante será sempre apoiado por uma equipa técnica responsável, que será designada para percorrer os locais onde é necessário testar os equipamentos, conforme o plano de manutenção previsto.
4. Para a execução dos trabalhos de manutenção o Contraente Público não providencia quaisquer meios especiais de acesso, todos os meios de acesso serão da responsabilidade do Cocontratante.

CLÁUSULA 32.ª GARANTIA DA QUALIDADE DO SERVIÇO

1. As intervenções, incluindo serviços de manutenção e peças, deverão ter a garantia mínima de 1 ano. Dentro do prazo da garantia, o Cocontratante fica obrigado a corrigir defeitos de serviço e peças suportando todos os custos inerentes, incluindo deslocações.
2. Todos os componentes e peças substituídas deverão ser entregues ao responsável técnico do Contraente Público, que determinará o interesse e a viabilidade da sua recuperação ou promoverá a sua destruição.

CLÁUSULA 33.ª SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

O Cocontratante deve assegurar que o exercício da atividade é efetuado em condições de segurança dos trabalhadores e que são cumpridos os princípios gerais de prevenção previstos na legislação em vigor. Deve ainda assegurar que no exercício da atividade os trabalhadores utilizam os equipamentos adequados de proteção individual e coletiva.

CADERNO DE ENCARGOS

CONSULTA PRÉVIA Nº SCGC_REIT_CPR_00006_2025 - MANUTENÇÃO ANUAL PREVENTIVA DE
EXTINTORES E REDE DE INCÊNDIO ARMADA DOS EDIFÍCIOS DA REITORIA DA U.PORTO
SPUP – SERVIÇOS PARTILHADOS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
SCGC – SERVIÇO DE COMPRAS E GESTÃO CONTRATUAL

ANEXO I – MAPA DE QUANTIDADES

Mapa de quantidades - Manutenção anual preventiva de extintores e rede de incêndio armada dos edifícios da Reitoria da U. Porto			
Artigo		Ano	
		2025	2026
1.	Edifício Histórico da Reitoria	Quant.	Quant.
1.1	Manutenção de Extintor de 6 l Água + Aditivo AFFF	9	9
1.2	Manutenção Extintor de Pó Químico Seco 6 Kg	39	39
1.3	Manutenção Extintor Dióxido de Carbono de 5 Kg	30	30
1.4	Manutenção Extintor Dióxido de Carbono de 2 Kg	16	16
1.5	Manutenção Extintor Pó químico ABC 50 Kg	0	0
1.6	Recarga de extintor de Pó químico 6 Kg	0	0
1.7	Recarga de extintor de CO2 2 Kg	5	1
1.8	Recarga de extintor de CO2 5 Kg	1	3
1.9	Recarga de extintor de Água AFFF 6 Lt	0	0
1.10	Mangueira Extintor Pó Químico 6Kg	0	0
1.11	Manípulo para Extintor de Pó Químico	0	0
1.12	Manómetro de Comprovação	0	0
1.13	Obturador + mola	0	0
1.14	Tubo de sonda P/Extintor	0	0
1.15	Válvula P/Extintor P6	0	0
1.16	Vedante para extintor Pó Químico ABC, 6 Kg	39	39
1.17	Vedante para extintor CO2	46	46
1.18	Base Plástica P/Extintor P6	0	0
1.19	Freio	0	0
1.20	Cavilha de Segurança	0	0
1.21	Difusor CO2 2Kg	0	0
1.22	Difusor CO2 5Kg	0	0
1.23	Agulheta 25 mm	0	0
1.24	Selo de plástico	0	0
1.25	Manutenção de Carretel / Boca de incêndio	27	27
1.26	Teste hidrostático a mangueira cada 5 anos (NP 671-3)	0	0
1.27	Aquisição de equipamentos novos		

CADERNO DE ENCARGOS

CONSULTA PRÉVIA Nº SCGC_REIT_CPR_00006_2025 - MANUTENÇÃO ANUAL PREVENTIVA DE
EXTINTORES E REDE DE INCÊNDIO ARMADA DOS EDIFÍCIOS DA REITORIA DA U.PORTO
SPUP – SERVIÇOS PARTILHADOS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
SCGC – SERVIÇO DE COMPRAS E GESTÃO CONTRATUAL

1.28	Extintor de água de 6 litros com aditivo 27A 233B, com suporte mural incluído	8	8
2.	Edifício Parcauto		
2.1	Manutenção de Extintor de 6 l Água + Aditivo AFFF	8	8
2.2	Manutenção Extintor de Pó Químico Seco 6 Kg	29	29
2.3	Manutenção Extintor Dióxido de Carbono de 5 Kg	10	10
2.4	Manutenção Extintor Dióxido de Carbono de 2 Kg	8	8
2.5	Manutenção Extintor Pó químico ABC 50 Kg	0	0
2.6	Recarga de extintor de Pó químico 6 Kg	5	19
2.7	Recarga de extintor de CO2 2 Kg	0	7
2.8	Recarga de extintor de CO2 5 Kg	0	1
2.9	Recarga de extintor de Água AFFF 6 Lt	2	6
2.10	Mangueira Extintor Pó Químico 6Kg	0	0
2.11	Manípulo para Extintor de Pó Químico	0	0
2.12	Manómetro de Comprovação	0	0
2.13	Obturador + mola	0	0
2.14	Tubo de sonda P/Extintor	0	0
2.15	Válvula P/Extintor P6	0	0
2.16	Vedante para extintor Pó Químico ABC, 6 Kg	28	28
2.17	Vedante para extintor CO2	18	18
2.18	Base Plástica P/Extintor P6	0	0
2.19	Freio	0	0
2.20	Cavilha de Segurança	0	0
2.21	Difusor CO2 2Kg	0	0
2.22	Difusor CO2 5Kg	0	0
2.23	Agulheta 25 mm	0	0
2.24	Selo de plástico	0	0
2.25	Manutenção de Carretel / Boca de incêndio	16	16
2.26	Teste hidrostático a mangueira cada 5 anos (NP 671-3)	0	0

CADERNO DE ENCARGOS

CONSULTA PRÉVIA Nº SCGC_REIT_CPR_00006_2025 - MANUTENÇÃO ANUAL PREVENTIVA DE
EXTINTORES E REDE DE INCÊNDIO ARMADA DOS EDIFÍCIOS DA REITORIA DA U.PORTO
SPUP – SERVIÇOS PARTILHADOS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
SCGC – SERVIÇO DE COMPRAS E GESTÃO CONTRATUAL

2.27	Central supressora de incêndio, constituída por 2 eletrobombas centrífugas monocelulares de eixo horizontal; 1 eletrobomba auxiliar; centrífuga multicelular de eixo vertical; 2 quadros elétricos para bomba elétrica principal, com informação à distância; 1 quadro elétrico para bomba auxiliar elétrica; 2 depósitos de membraba 24l/16bar; 1 coletor de compressão comum; 1 válvula de retenção na compressão de cada bomba; 1 válvula de seccionamento na compressão de cada bomba; 1 junta de compensação por bomba; 1 manómetro em banho de glicerina; 2 pressostatos por eletrobomba principal; 1 pressostato para eletrobomba auxiliar; 1 Caudalímetro.	1	1
3.	Edifício Casa Andresen		
3.1	Manutenção de Extintor de 6 l Água + Aditivo AFFF	0	0
3.2	Manutenção Extintor de Pó Químico Seco 6 Kg	2	2
3.3	Manutenção Extintor Dióxido de Carbono de 5 Kg	21	21
3.4	Manutenção Extintor Dióxido de Carbono de 2 Kg	1	1
3.5	Manutenção Extintor Pó químico ABC 50 Kg	0	0
3.6	Recarga de extintor de Pó químico 6 Kg	2	2
3.7	Recarga de extintor de CO2 2 Kg	0	0
3.8	Recarga de extintor de CO2 5 Kg	0	1
3.9	Recarga de extintor de Água AFFF 6 Lt	0	0
3.10	Mangueira Extintor Pó Químico 6Kg	0	0
3.11	Manípulo para Extintor de Pó Químico	0	0
3.12	Manómetro de Comprovação	0	0
3.13	Obturador + mola	0	0
3.14	Tubo de sonda P/Extintor	0	0
3.15	Válvula P/Extintor P6	0	0
3.16	Vedante para extintor Pó Químico ABC, 6 Kg	2	2
3.17	Vedante para extintor CO2	22	22
3.18	Base Plástica P/Extintor P6	0	0
3.19	Freio	0	0
3.20	Cavilha de Segurança	0	0
3.21	Difusor CO2 2Kg	0	0
3.22	Difusor CO2 5Kg	0	0
3.23	Agulheta 25 mm	0	0
3.24	Selo de plástico	0	0
4.	Edifício Planetário/CAUP		
4.1	Manutenção de Extintor de 6 l Água + Aditivo AFFF	0	0
4.2	Manutenção Extintor de Pó Químico Seco 6 Kg	20	20

CADERNO DE ENCARGOS

CONSULTA PRÉVIA Nº SCGC_REIT_CPR_00006_2025 - MANUTENÇÃO ANUAL PREVENTIVA DE
EXTINTORES E REDE DE INCÊNDIO ARMADA DOS EDIFÍCIOS DA REITORIA DA U.PORTO
SPUP – SERVIÇOS PARTILHADOS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
SCGC – SERVIÇO DE COMPRAS E GESTÃO CONTRATUAL

4.3	Manutenção Extintor Dióxido de Carbono de 5 Kg	7	7
4.4	Manutenção Extintor Dióxido de Carbono de 2 Kg	0	0
4.5	Manutenção Extintor Pó químico ABC 50 Kg	0	0
4.6	Recarga de extintor de Pó químico 6 Kg	20	0
4.7	Recarga de extintor de CO2 2 Kg	0	0
4.8	Recarga de extintor de CO2 5 Kg	1	0
4.9	Recarga de extintor de Água AFFF 6 Lt	0	0
4.10	Mangueira Extintor Pó Químico 6Kg	0	0
4.11	Manípulo para Extintor de Pó Químico	0	0
4.12	Manómetro de Comprovação	0	0
4.13	Obturador + mola	0	0
4.14	Tubo de sonda P/Extintor	0	0
4.15	Válvula P/Extintor P6	0	0
4.16	Vedante para extintor Pó Químico ABC, 6 Kg	20	20
4.17	Vedante para extintor CO2	7	7
4.18	Base Plástica P/Extintor P6	0	0
4.19	Freio	0	0
4.20	Cavilha de Segurança	0	0
4.21	Difusor CO2 2Kg	0	0
4.22	Difusor CO2 5Kg	0	0
4.23	Agulheta 25 mm	0	0
4.24	Selo de plástico	0	0
4.25	Manutenção de Carretel / Boca de incêndio	11	11
4.26	Teste hidrostático a mangueira cada 5 anos (NP 671-3)	0	0
4.27	Central de incêndio, Marca Grundfos, Modelo: FP1EAK CR30-40/CR2 ou equivalente	1	1
5.	Edifício Ceuta - Pisos 5,6		
5.1	Manutenção de Extintor de 6 l Água + Aditivo AFFF	0	0
5.2	Manutenção Extintor de Pó Químico Seco 6 Kg	1	1
5.3	Manutenção Extintor Dióxido de Carbono de 5 Kg	0	0
5.4	Manutenção Extintor Dióxido de Carbono de 2 Kg	9	9
5.5	Manutenção Extintor Pó químico ABC 50 Kg	0	0
5.6	Recarga de extintor de Pó químico 6 Kg	0	0
5.7	Recarga de extintor de CO2 2 Kg	0	9
5.8	Recarga de extintor de CO2 5 Kg	0	0
5.9	Recarga de extintor de Água AFFF 6 Lt	0	0
5.10	Mangueira Extintor Pó Químico 6Kg	0	0

CADERNO DE ENCARGOS

CONSULTA PRÉVIA Nº SCGC_REIT_CPR_00006_2025 - MANUTENÇÃO ANUAL PREVENTIVA DE
EXTINTORES E REDE DE INCÊNDIO ARMADA DOS EDIFÍCIOS DA REITORIA DA U.PORTO
SPUP – SERVIÇOS PARTILHADOS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
SCGC – SERVIÇO DE COMPRAS E GESTÃO CONTRATUAL

5.11	Manípulo para Extintor de Pó Químico	0	0
5.12	Manómetro de Comprovação	0	0
5.13	Obturador + mola	0	0
5.14	Tubo de sonda P/Extintor	0	0
5.15	Válvula P/Extintor P6	0	0
5.16	Vedante para extintor Pó Químico ABC, 6 Kg	1	1
5.17	Vedante para extintor CO2	9	9
5.18	Base Plástica P/Extintor P6	0	0
5.19	Freio	0	0
5.20	Cavilha de Segurança	0	0
5.21	Difusor CO2 2Kg	0	0
5.22	Difusor CO2 5Kg	0	0
5.23	Agulheta 25 mm	0	0
5.24	Selo de plástico	0	0
6.	Edifício Ceuta, Instituto Confúcio		
6.1	Manutenção de Extintor de 6 l Água + Aditivo AFFF	0	0
6.2	Manutenção Extintor de Pó Químico Seco 6 Kg	0	0
6.3	Manutenção Extintor Dióxido de Carbono de 5 Kg	2	2
6.4	Manutenção Extintor Dióxido de Carbono de 2 Kg	0	0
6.5	Manutenção Extintor Pó químico ABC 50 Kg	0	0
6.6	Recarga de extintor de Pó químico 6 Kg	0	0
6.7	Recarga de extintor de CO2 2 Kg	0	0
6.8	Recarga de extintor de CO2 5 Kg	0	0
6.9	Recarga de extintor de Água AFFF 6 Lt	0	0
6.10	Mangueira Extintor Pó Químico 6Kg	0	0
6.11	Manípulo para Extintor de Pó Químico	0	0
6.12	Manómetro de Comprovação	0	0
6.13	Obturador + mola	0	0
6.14	Tubo de sonda P/Extintor	0	0
6.15	Válvula P/Extintor P6	0	0
6.16	Vedante para extintor Pó Químico ABC, 6 Kg	0	0
6.17	Vedante para extintor CO2	2	2
6.18	Base Plástica P/Extintor P6	0	0
6.19	Freio	0	0
6.20	Cavilha de Segurança	0	0
6.21	Difusor CO2 2Kg	0	0
6.22	Difusor CO2 5Kg	0	0

CADERNO DE ENCARGOS

CONSULTA PRÉVIA Nº SCGC_REIT_CPR_00006_2025 - MANUTENÇÃO ANUAL PREVENTIVA DE
EXTINTORES E REDE DE INCÊNDIO ARMADA DOS EDIFÍCIOS DA REITORIA DA U.PORTO
SPUP – SERVIÇOS PARTILHADOS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
SCGC – SERVIÇO DE COMPRAS E GESTÃO CONTRATUAL

6.23	Agulheta 25 mm	0	0
6.24	Selo de plástico	0	0
7.	Trabalhos Imprevistos		
7.1	Verba para Trabalhos Imprevistos	1 808,33 € *	
8.	Aquisição de equipamentos novos		
8.1	Extintor de água de 6 litros com aditivo 27A 233B, com suporte mural incluído	–	–
8.2	Extintor de Pó Químico seco ABC 40 de 6Kg, com suporte mural incluído	–	–
8.3	Extintor de Dióxido de Carbono de 2 Kg, com suporte mural incluído	–	–
8.4	Extintor de Dióxido de Carbono de 5 Kg, com suporte mural incluído	–	–
8.5	Instalação/fixação de extintores em suporte na parede	–	–
8.6	Sinalização fotoluminescente "Extintor", 150mmx150mm	–	–

ANEXO A – (MODELO DE) DECLARAÇÃO

[para demonstração do cumprimento do disposto no art.º 419.º-A, conjugado com o art.º 451.º n.º 2, ambos do CCP]

... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], declara, sob compromisso de honra, e tendo em consideração o disposto no art.º 419.º-A, conjugado com o art.º 451.º n.º 2, ambos do Código dos Contratos Públicos, que a sua representada afetará à prestação do serviço a realizar no âmbito do contrato n.º _____, os seguintes trabalhadores:

Identificação	Vínculo laboral

..... (local), (data), [assinatura].